

Como explicar o inexplicável?

Só pessoas completamente alienadas, fora da realidade, não conseguem perceber que os recursos que saem de seu bolso para pagar impostos, taxas e contribuições, não estão indo, exatamente, para obras, serviços e programas necessários à resolução dos problemas nacionais. Qualquer pessoa que consiga acompanhar a leitura dos jornais percebe com toda clareza que o grosso da arrecadação de tributos está a serviço do esquema financeiro, não necessariamente para resolver os gargalos da infraestrutura nacional.

Por qualquer ângulo que se observe, lá estão os mesmos problemas que assolavam o Brasil no Brasil Colônia, Império e nas ditaduras: muito salameleque aos governantes (D. Maria ontem, Lula hoje) e pouca eficiência na aplicação dos

recursos públicos. Muita propaganda sobre obras que há décadas estão enalacradas, mas uma execução sofrível, débil, e, pior ainda, não raramente envolta num manto assustador, embora de difícil comprovação, de corrupção, suspeita de corrupção ou condenação por exatamente ela: a corrupção, mesmo que abaixo de recursos judiciais tortuosos e tergiversações, por anos a fio, até que o caloteiro vire santo pela extinção física.

Se foi um teste, teve sucesso. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) comprovou que desonerar impostos pode ser favorável ao País. Certo: no desconto oferecido no IPI dos automóveis, a União em tese deixaria de ganhar R\$ 1,82 bilhão no primei-

ro semestre de 2009, mas, com o aumento das vendas, arrecadou R\$ 1,26 bilhão a mais em PIS, Cofins, CSLL, IR e em outras categorias de IPI.

Em suma, há uma trucagem palaciana que finge fazer caridade de um lado e toma do

Como explicar que o Brasil está perdoando dívidas de países africanos, quando paga mensalmente dezenas de bilhões de dólares só de juros da dívida pública?

outro. A diferença foi amplamente compensada pela arrecadação do ICMS nos estados e da Previdência Social. Um truque que não melhorou a economia e o País em nada, mas apresentou a manutenção de até 60 mil empregos diretos e indire-

tos na cadeia automotiva.

O problema é considerar um truquinho fácil como esse como "autêntica medida keynesiana antirrecessão" como alguns técnicos do Ipea consideraram a manobra. Deveriam ter consultado (ou lido) Keynes para saber que isso é truque sem muita seriedade. Um dia vem a conta. Nem os mais bobinhos seguidores de Keynes se atrevem a avaliar essa ingênua teoria. É só um truque, simplório, nada a ver com Keynes e menos ainda com o futuro do Brasil. Como há uma demanda ampla por veículos, reduzir IPI dá em algo como haver queijo na ratoeira para atrair ratos.

Será importante que as eleições permitam às pessoas opinar, no mínimo a respeito da

escolha que se poderá fazer entre essa trucagem maliciosa, que finge melhorar o País, quando, na verdade, apenas sossega o leão da reação popular cobrando mais da classe média – a mais consciente e capaz de perceber as armadilhas – sem resolver nada estruturalmente.

Como explicar a um só brasileiro que o Brasil está perdendo dívidas de países africanos, quando paga mensalmente dezenas de bilhões de dólares só de juros da dívida pública? Como explicar o anunciado socorro ao Haiti e ao Chile, se as tragédias brasileiras, causadas por questões ambientais e climáticas, têm uma execução sofrível?

Como o inexplicável não se explica, fica por isso mesmo. E, infelizmente, o atraso continua em todos os campos, da educação à tecnologia, da saúde à segurança pública.

Copa do Mundo: as responsabilidades de cada um

mariana zinni

Pela primeira vez em seis décadas, o Brasil vai sediar uma Copa do Mundo de Futebol. Será nossa oportunidade histórica de vingar a tragédia vivida pelos nossos pais e avós naquela funesta tarde de 16 de julho de 1950: faltando apenas onze minutos para nos tornarmos os melhores do mundo no que então era conhecido como "esporte bretão", o ponta-direita Alcides Ghiggia marcou o segundo gol do Uruguai, mergulhando um Maracanã lotado com 200 mil torcedores no mais ensurdecedor silêncio da história do futebol nacional. Foi preciso esperar mais oito anos para que a seleção canarinho lavasse a

alma dos brasileiros com a conquista da Taça Jules Rimet na Suécia. "A taça do mundo é nossa, mas os brasileiros não há quem possa", foi o refrão repetido nas Copas de 1962, 1970, 1994 e 2002. E ficamos tão soberbos com a conquista do Penta que a vingança dos deuses nos puniu com uma derrota humilhante para a França em 2006.

Grandes emoções, portanto, nos aguardam em 2014. Haja coração, como diz o apresentador Galvão Bueno. Mas nós também precisamos estar atentos ao lado prático dessa formidável comção popular. A Copa de 2014 vai transformar o País num imenso canteiro de obras, com a construção de mega-estádios e grandes obras de infraestrutura – ampliação de aereo-

portos, de estradas e da rede hoteleira, entre outras coisas – que deverão alimentar ainda mais o crescimento econômico verificado nos últimos anos. O tempo é relativamente pequeno e temos a responsabilidade de nos planejar para não reproduzir aqui as falhas que estão ocorrendo na África do Sul, sede da Copa de 2010, onde várias obras estão atrasadas a apenas cem dias do início dos jogos. A Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, portanto, serão oportunidades essenciais para reafirmarmos o que todo o mundo vem comprovando em anos recentes: que o Brasil não é apenas o país do Futebol e do Carnaval, mas uma potência emergente.

Por outro lado, sabemos que apenas um número relativamen-

te pequeno de pessoas conseguirá assistir aos jogos e os treinos ao vivo. Além das capitais escolhidas para sediar a Copa, um determinado número de cidades poderá receber os treinos de algumas das seleções. No Estado de São Paulo, por exemplo, serão escolhidas aquelas que tiverem estádios e estrutura hoteleira compatíveis com as exigências da Fifa. Para tanto, vários municípios, como São Pedro, receberam questionários para que descrevassem as condições que oferecem para abrigar treinos e pré-temporadas das seleções. Segundo a Federação Paulista de Futebol, 32 seleções serão trazidas para treinar nas cidades do Estado. Até agora, mais de 80 municípios paulistas já se credenciaram na Secretaria

de Esportes, Lazer e Turismo e estão disputando as vagas.

Estamos fazendo todos os esforços possíveis para sermos um dos eleitos para receber as seleções; mas mesmo que isso não ocorra, nossa responsabilidade como brasileiros não diminui em nada. São Pedro tem amplas opções de ecoturismo, como trilhas, cachoeiras e vistas esplêndidas; além de esportes radicais e uma excelente gastronomia típica. Ao oferecer as melhores condições para que esses turistas desfrutem tais oportunidades, estaremos abrindo uma janela para que eles comecem a conhecer o Brasil.

Mariana Zinni é secretária de Turismo de São Pedro (SP) – mariana@saopedro.com.br

Eleições e Copa do Mundo

carlos chagas

Política e futebol costumam andar juntos, especialmente depois que o Congresso reduziu os mandatos presidenciais para quatro anos, fazendo sem querer a coincidência entre as Copas do Mundo e as eleições. Antes disso, porém, já se estabeleciam paralelos.

O primeiro presidente da República campeão do mundo foi Juscelino Kubitschek, em 1958. Será sempre bom não esquecer que João Goulart também foi, em 1962. Dos gerais-presidentes, só Garrastazu Médici conseguiu comemorar a vitória, em 1970. Depois, Itamar Franco, em 1994, para chegar ao penta em 2002, com Fernando Henrique. Não há como vincular a con-

quista da taça com a popularidade dos presidentes, porque o mais popular deles, Getúlio Vargas, perdeu três vezes a Copa, ainda que Juscelino Kubitschek, festejado pela população, tenha vencido. Mas como explicar a sorte de Garrastazu Médici, aquele da repressão e da censura, ou de Fernando Henrique, das privatizações? É verdade que Itamar Franco, deixando o poder com 70% de popularidade, também ganhou.

Todo esse preâmbulo se faz às vésperas de mais uma Copa do Mundo, como sugestão para o PT preparar-se para o melhor e para o pior. Uma forma de poupar o Lula, popularíssimo, de uma eventual derrota do selecionado brasileiro na África do Sul. Realmente, não há vínculo entre o desempenho dos nossos

crques e a dos presidentes da República. Ou em 2006, com o Lula no palácio do Planalto, também não perdemos?

O campeonato que o primeiro-companheiro precisa vencer é outro, o das eleições para sua sucessão. A esse respeito, depois da República Velha, exceção dos militares que não disputavam o voto popular, todos quebraram a cara, menos Itamar Franco, que elegeu Fernando Henrique. Em suma, o Lula poderá vencer a Copa do Mundo e perder a sucessão com Dilma Rousseff. Ou vice-versa. Ainda que também possa ganhar as duas. Ou ser derrotado em ambas.

Em política costuma ser bobagem acreditar em verdades absolutas. Uma delas, a de que José Serra, se optar por permanecer em São Paulo, já estará reeleito. Su-

pondo-se que Serra não dispute a sucessão presidencial, hipótese, aliás, quase impossível, que efeito esse gesto despertaria no eleitorado? De repúdio, sem dúvida. De frustração diante de um recuo inexplicável. O paulista detesta fugas. Por isso Jânio Quadros foi derrotado para governar, depois de haver renunciado à presidência da República.

Caso o improvável aconteça, José Serra precisará cuidar-se, pois o risco é de ficar sem nada. Além de deixar o Tucano em desespero, porque Aécio Neves, se ainda pode aceitar a vice-presidência na chapa do colega paulista, sabe muito bem que para a presidência, não dá. Os mineiros o pegariam na palavra. Ou não anunciou a desistência, faz pouco? O presidente Lula ainda nega-

ceia a escolha de Michel Temer. Dilma Rousseff não deu uma palavra, até agora. São sinais de que ainda esperam outra solução. Pois enquanto mantiverem essa postura, certamente calda no crescimento dos percentuais da ministra, receberão do PMDB o que parece uma vassalagem restrita. Afinal, o partido tem outras opções.

A verdade é que as obras do PAC não seguem cronogramas e promessas antes entusiasticamente feitas pelo presidente Lula e pela ministra Dilma. Resta saber se a oposição aproveitará esse retardo ou se está convencida de que não adianta, pois a propaganda oficial vem atropelando a realidade.

Carlos Chagas é jornalista – carloschagas37@uol.com.br

bastidores



"Estarei com o presidente Lula em Londrina na sexta-feira"

Do cada vez mais petista, senador Osmar Dias (PDT)

Insensibilidade

Ter a mão decepada em um acidente de trabalho já é uma coisa horrível. Agora, o que pode tornar a situação ainda pior é ter o atendimento médico negado em dois hospitais, como aconteceu com o operário Custódio dos Reis Santana, 29, na cidade de Belo Horizonte. O operário sonhava com a possibilidade de ter a mão reimplantada, mas a insensibilidade de atendentes e médicos o relegou a um segundo plano. Indignado, o motorista da ambulância acionou a Polícia Militar, mas já era tarde demais para o procedimento de reimplante da mão decepada.

Bêbados aéreos

Um voo doméstico da companhia ucraniana DonbassAero que faria a rota entre as cidades de Simferopol e Kiev foi suspenso porque todos os tripulantes estavam bêbados. "O voo não decolou porque todos os membros da tripulação, do primeiro ao último, estavam, como se diz popularmente, bêbados como um gambá", disse Leonid Grach, deputado do Partido Comunista. Também estava a bordo a procuradora-geral adjunta Tatiana Korniakova, que acabou participando da investigação do incidente. 86 passageiros foram afetados pela bebedeira da tripulação.

Presidente

Em cerimônia anteontem à noite no bairro CIC, em Curitiba, o deputado federal Affonso Camargo (PSDB) lembrou que sua mãe tem 104 anos e uma tia, 109. "Então, pelo andar da carruagem, acho que ainda vou viver o suficiente para ir na posse de Beto Richa como presidente do Brasil". Foi muito aplaudido.

DO LEITOR

editoria@oparana.com.br

Inanição agrária

xico graziano

Extorsão

O que dizer de uma financeira, a Fininvest, que cobra juros de 18,20% ao mês mais IOF? Roubo? Extorsão? Crime? Abuso? Ou quem sabe uma mistura disso tudo. E a gente ainda perde tempo lendo nos jornais que o Banco Central baixou as taxas de juros, isso e aquilo. Qual Banco Central? Só se for o da China!!!

Branca L. M. Ferreira
(Cascavel, Paraná)

Cascavel CR

Tenho acompanhado o jornal O Paraná pela internet e não tenho visto cobertura do Cascavel CR no Paranaense, algum problema político ou relacionamento com o Cascavel, acho importante para a cidade e aos leitores que o jornal de fato desse uma melhor cobertura, pois, são todos amigos nossos que estão a frente do Cascavel.

Silmar Rezzadori
(Cascavel, Paraná)

Resposta

Não temos nada contra o Cascavel; pelo contrário, nossa política é valorizar ao máximo a equipe da casa. Grato pela sugestão.

Fiscalizar

Está certo o Procon de Cascavel em fiscalizar e divulgar os preços dos ovos de Páscoa, evidenciando assim as diferenças enormes de um supermercado para outro. O consumidor precisa ser bem informado

modo e manter-se atento porque do jeito que a coisa anda, temos de economizar sempre.

Cláudia Gonçalves
(Cascavel, Paraná)

Sem dinheiro

Todos os impostos, contribuições e demais "mordidas" oficiais sangram os bolsos dos cidadãos, que vivem nos municípios. Porque, então, mandar todo este dinheiro para Brasília e depois ficar na mendicância, esperando uma parte de volta. Sem falar daquilo que é desviado no caminho.

Reforma Tributária, Já!
Marcos Pícia
(Cascavel, Paraná)

Cai-Cai

O treinador vive de resultados e ainda tem de seguir a política do clube. Caso contrário, dança. O Antonio Lopes já esteve várias vezes no Atlético, não pode reclamar. Sabe como a coisa funciona.

José C. Magalhães
(Curitiba, Paraná)

erramos

- Na página B12 da edição de ontem, sobre a partida entre o Milan x Manchester United, onde se informou - Local: Arena da Baixada, o certo seria Old Trafford;
- Na página B7, "Constatada alterações", há um flagrante erro de concordância;
- Na página A8, "...inseticida biológico contra inseto" houve uma redundância nossa.

Reforma agrária não se funda com invasão de terra. Menos ainda com saque de propriedade rural ou roubo de gado. Assim atestam decisões recentes da Justiça brasileira. Ponto para a democracia. A fazenda da Cutrale, em Iaras (SP), invadida pelo MST em 28 de setembro passado ilustra o mais notório caso. A 1ª Vara Criminal de Lençóis Paulista aceitou denúncia do Ministério Público paulista contra os transgressores. A decisão partiu da juíza Ana Lúcia Aiello. Eles vão responder pelos crimes de formação de quadrilha, furto e dano qualificado. Foram destruídos 12.298 pés de laranja. Considerando insumos e máquinas agrícolas furtados, o prejuízo soma R\$ 1,3 milhão. Bandidagem sai caro.

Segundo caso. Em fevereiro último, a Justiça de Tupã (SP) ofereceu liminar em ação de interdito proibitório, garantindo a integridade da Fazenda Salmouirão, na região da Alta Paulista.

Ocorreu no Paraná, entretanto, a decisão judicial mais importante. Um marco na Justiça agrária do País. O governo do Estado acaba de ser condenado a pagar indenização de R\$ 54 milhões, em valor atualizado, aos proprietários da antiga Fazenda Sete Mil, localizada no município de Jardim Alegre. A determinação partiu do Tribunal de Justiça.

Essa batalha judicial já dura 13 anos. Em 1996, anteendo sua invasão, os proprietários da fazenda conseguiram na Justiça local um interdito proibitório. De nada adiantou. Meses depois, a área estava ocupada pela turma do MST. Nova decisão judicial ordenou a reintegração de posse da área. A medi-

da, porém, nunca foi cumprida pela autoridade policial. Um descaído ao Judiciário.

Com área total de 14 mil hectares, a fazenda mantinha rebanho aproximado de 15 mil cabeças de gado. Desapropriada pelo governo, teve o decreto presidencial anulado pelo Supremo Tribunal Federal, fazendo o Incra passar vergonha. Trabalhava-se de terra produtiva. Mas continuava nas mãos do MST, que abatia o gado regularmente e distribuía sua carne na base de 3 quilos para cada uma das 650 famílias invasoras. Um açougue rural.

Cinco anos depois, cansado de reclamar politicamente, o fazendeiro entrou na Justiça solicitando indenização, a ser paga pelo Estado e seu advogado solicitou intervenção federal no Paraná. Funcionou. Após dois anos, o Superior Tribunal de Justiça deu ganho de causa, determinando a intervenção política no Estado.

Atuante, inteligente, idealista, o incansável advogado Antônio Carlos Ferreira seguiu adiante. Em face da demora no cumprimento da ordem judicial, solicitou o impeachment do presidente. Dizem que o Lula se enfureceu.

Dois meses depois, em negociação com o Incra, o dono da propriedade, Flávio Pinho de Almeida, acabou por vender sua propriedade para servir à reforma agrária. Resolveu-se dessa maneira a querela jurídica preliminar, que permitiu suspender a intervenção federal no Paraná. Lula escapou da fria. O governador Requião, nem tanto.

Passados mais cinco anos, o Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a sentença da primeira instância, obtida na Comarca de Ivaiporã, obrigando o governo a ressarcir o prejuízo dos proprietários. Por que o gover-

no, e não o MST? Esse é o ponto crucial. De vido ao fato de a autoridade pública não ter tomado as devidas providências para, cumprindo mandado de reintegração de posse, retirar os invasores da terra. Preço da inanição agrária.

O que leva uma autoridade, como o governador do Paraná, a deixar de cumprir uma ordem judicial como aquela da Fazenda Sete Mil? Não é simples a resposta. O governo estadual argumentava que os proprietários eram ilegítimos e que havia risco de confronto violento numa eventual desocupação. Mas, sinceramente, a razão parecia mais política que social ou jurídica. Falava-se que um acordo, realizado ainda na época das eleições, em troca de apoio político garantiria facilidades aos invasores de terras.

O paranaense Flávio Pinho não pôde testemunhar sua vitória judicial. Morreu, desgostoso, antes de saber que, além da milionária indenização, ele e sua esposa, Sylvia, devem receber do governo R\$ 50 mil cada, a título de danos morais.

Com a jurisprudência que começa a ser firmada no Paraná, as coisas devem melhorar, preservando o Estado Democrático de Direito. Ordem judicial deve ser cumprida, e acabou. Por outro lado, vai complicar a equação financeira. Imaginem a enxurrada de ações indenizatórias que poderá vir por aí, responsabilizando o poder público pelo prejuízo das invasões de terras. E, pra variar, cairá no futuro sobre os ombros do contribuinte, que não tem nada que ver com isso. Invasão de terras violenta a democracia e custa caro. Um caminho sem solução.

Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - xico@xicograziano.com.br

■ A editoria se reserva ao direito de selecionar as opiniões a serem publicadas neste espaço. Os textos devem conter identificação cidade onde reside o leitor. Escreva, participe!